

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.433.263 - TO (2019/0020767-6)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
AGRAVANTE : J G S
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIAO - ZZ000001
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **J G S** contra decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que, em juízo de admissibilidade, não admitiu o recurso especial por ele apresentado.

Consta dos autos que o réu foi denunciado pelo crime de receptação (art. 180, *caput*, do CP), porquanto teria recebido a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) sabendo tratar-se de produto do crime de extorsão mediante sequestro praticado contra a Caixa Econômica Federal (fl. 10).

O Juiz singular condenou o agravante nos termos da denúncia, fixando pena de 1 ano e 4 meses de reclusão, além do pagamento de 30 dias-multa (fl. 1.026).

Tão só a defesa apelou (fls. 1.032/1.038). O Tribunal de origem deu parcial provimento ao recurso da defesa apenas para reduzir a pena de multa a 13 dias-multa (fls. 1.070/1.076).

A defesa opôs embargos de declaração, requerendo o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva. A Corte *a quo* os rejeitou, nos termos da seguinte ementa:

PENAL. PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART.619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os Embargos de Declaração são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão embargado, obscuridade, contradição ou quando for omitido ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o juiz ou tribunal (CPP, art. 619), e, ainda, por construção pretoriana integrativa, na hipótese de erro material, sendo que mesmo quando opostos com o fim de prequestionamento sujeitam-se a tais requisitos. Não ocorrendo quaisquer dessas hipóteses,

devem ser rejeitados.

2. Caso em que a prescrição não foi objeto da apelação interposta pelo réu, cujas razões limitaram-se a pleitear a desclassificação do crime tipificado no art.180, caput, Código Penal para o § 3º do tipo penal em referência, que prevê a modalidade culposa.

3. A prescrição é matéria de ordem pública, podendo ser reconhecida a todo tempo e grau de jurisdição. Todavia, não havendo prescrição a ser declarada, não há falar em omissão no julgado.

4. Embargos, de declaração rejeitados.

Nas razões do especial (fls. 1.126/1.140), a defesa apontou violação dos arts. 61, 619 e 620 do CPP, bem como do art. 109, V, c/c o art. 110, § 1º, todos do CP, ao fundamento de que a conduta imputada ao réu estaria prescrita, um vez que ultrapassado o prazo de 4 anos entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença condenatória.

Defendeu que, após o término do período de prova, seria revogada automaticamente a suspensão condicional do processo, voltando a fluir o prazo prescricional, já que a decisão revogatória é meramente declaratória.

Nesse contexto, aduz que a decisão proferida pelo Tribunal estadual é inidônea, pois o prazo não volta a correr da decisão revogatória, mas sim, automaticamente, do fim do término de prova.

Por fim, pleiteou o provimento do recurso a fim de reconhecer a prescrição da pretensão punitiva estatal em favor do agravante.

Apresentadas contrarrazões (fls. 1.148/1.151), o recurso especial não foi admitido por incidência da Súmula 7/STJ (fls. 1.153/1.154).

Contra essa decisão a defesa interpôs agravo (fls. 1.157/1.161).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento do agravo para negar provimento ao recurso especial, nos termos da seguinte ementa (fl. 1.177):

PROCESSUAL PENAL. RECEPÇÃO. SUSPENSÃO
CONDICIONAL DO PROCESSO. DESCUMPRIMENTO DE
CONDIÇÕES IMPOSTAS. REVOGAÇÃO APÓS O PERÍODO DE

PROVA. POSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.034/RS, SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL. INOCORRÊNCIA.

- Pelo conhecimento do agravo para negar provimento ao recurso especial.

É o relatório.

O agravo preenche os requisitos de admissibilidade, pois é tempestivo e infirmou o fundamento da decisão de inadmissão.

Quanto ao recurso especial em si, verifico que questão imprescindível ao deslinde da causa, em princípio, ainda não foi debatida nesta Corte (se o prazo prescricional volta a correr após o término do período de prova ou apenas com a decisão revogatória da suspensão condicional do processo).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *d*, do RISTJ, **conheço** do agravo para determinar a **conversão** em recurso especial, sem o prejuízo de nova verificação dos pressupostos de admissibilidade recursal quando da análise do apelo nobre.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator